



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
NÚCLEO TEMÁTICO MULHER E CIDADANIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

MARCELO PAULO DE ARGOLO LIMA

A COR DA PELE: DESCONSTRUINDO O RACISMO NA SALA DE AULA.

SANTANA DO IPANEMA- AL

2016

MARCELO PAULO DE ARGOLO LIMA

A COR DA PELE: DESCONSTRUINDO O RACISMO NA SALA DE AULA.

Artigo científico apresentado a Universidade Federal de Alagoas – UFAL- como pré-requisito para obtenção do grau de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola, sob a orientação da professora Dr^a Elvira Simões Barretto.

SANTANA DO IPANEMA - AL

2015

A COR DA PELE: DESCONSTRUINDO O RACISMO NA SALA DE AULA.

Artigo apresentado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL - como um dos requisitos para a obtenção do grau de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Nota:

PARECER

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Maceió,de.....de 2016

Prof^a. Dr^a. Elvira Simões Barretto.

Orientadora

Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

A COR DA PELE: DESCONSTRUINDO O RACISMO NA SALA DE AULA

¹Marcelo Paulo de Argolo Lima

RESUMO:

O presente trabalho traz uma reflexão sobre as práticas racistas no Brasil, analisando seus fatores históricos, sociais, econômicos e culturais, bem como a percepção da sociedade brasileira sobre as práticas de racismo explícitas ou “veladas”. O objetivo deste trabalho é trazer uma reflexão sobre as possibilidades de desconstruir o racismo através de recursos pedagógicos utilizados em sala de aula que possibilite a aplicabilidade da lei 10.639/03, promovendo, assim, uma educação para a igualdade nas relações étnico-raciais. Nesta obra será questionada a formação do/a professor/a para cumprimento da determinação da lei 10.639/03, que regulamenta o ensino da História e Cultura afro-brasileira, assim como a necessidade de formação ou atualização do professorado, e o incentivo e valorização da produção de conhecimento científico que possa dar suporte teórico, didático e metodológico para uma atuação qualificada do/a docente promovendo um ambiente de respeito e valorização a diversidade étnico-racial. Para isso, usamos como metodologia o levantamento bibliográfico dos clássicos da História e Antropologia, que aborda a questão do enfrentamento do racismo no ambiente escolar e a aplicabilidade da lei 10.639/2003.

Palavras-chave: Sociedade. Racismo. Igualdade Racial.

ABSTRACT:

The present work presents a reflection on racist practices in Brazil, analyzing its historical, social, economic and cultural factors, as well as the perception of Brazilian society about explicit or veiled racism practices. The objective of this work is to reflect on the possibilities of deconstructing racism through pedagogical resources used in the classroom that allows the applicability of Law 10.639 / 03, thus promoting an education for equality in ethnic-racial relations. In this work will be questioned the teacher's training to comply with the determination of Law 10.639 / 03, which regulates the teaching of Afro-Brazilian History and Culture, as well as the need for training or updating teachers, and the encouragement and appreciation of the production of scientific knowledge that can provide theoretical, didactic and methodological support for a qualified performance of the teacher promoting an environment of respect and appreciation of ethnic-racial diversity. For this, we use as a methodology the bibliographical survey of the classics of History and Anthropology, which addresses the issue of confronting racism in the school environment and the applicability of Law 10.639 / 2003.

Keywords: Society, racism, racial equality.

¹ Professor Licenciado em História pela Universidade Tiradentes em – UNIT (2010), Especialista em Ensino de História Pela Faculdade São Luís de França – FSLF (2014), e Especialista em Ensino Para as Igualdades nas Relações Étnico-Raciais Pela Faculdade São Luís de França – FSLF (2015).

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho traz uma reflexão sobre as práticas de racistas no Brasil, analisando seus fatores históricos, sociais, econômicos e culturais, bem como a percepção da sociedade brasileira sobre as práticas de racismo explícitas ou “veladas”. Existem diversas formas de reprodução do racismo entre elas, as explícitas, no qual o/a locutor/a expressa o seu ódio pelo negro, reproduzindo exclusões no acesso igualitário a direitos sociais. Mas, também existe o racismo “velado”, que é aquele que muitos dos locutores reproduzem sem noção de sua atitude racista, reproduzindo velhas expressões populares, que passa despercebida o seu teor discriminatório.

O preconceito racial está presente cotidianamente na sociedade brasileira, entretanto, muitos educadores e discentes desconhecem as suas definições e conceitos. Para melhor compreensão adotamos a definição elaborada por Nogueira (1985), pois para ele:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada em relação aos membros de uma população aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 1985, p. 78-79).

Vive-se, desde os primórdios, diante das mais profundas desigualdades sociais, tais como discriminação racial, preconceito, falta de oportunidade no mercado de trabalho e até violências psicológica, física e morais sofridas pela população negra, oriundas do processo de dominação cultural de uma sociedade escravocrata e eurocêntrica, no qual o negro passou a ser a principal fonte de mão de obra, e seus elementos culturais inferiorizados, sendo que a elite social tinha o negro como sujeito passivo da história e do processo de construção da sociedade brasileira. Entretanto, percebemos que “[...] a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional”. (RIBEIRO, 2006, p. 202).

O objetivo deste trabalho é sensibilizar a sociedade local, em particular a escola, para a promoção da igualdade étnico-racial, neste sentido, desconstruindo as práticas corriqueiras de racismo dentro da comunidade escolar, a fim de construir uma educação voltada para a diversidade, articulando o papel social da escola para com sua comunidade, pois a ações da

escola se refletem na sociedade, assim como as práticas da sociedade se reflete na escola, pois “a escola é o espelho da sociedade que a cerca”(GANDIN 1995, p. 35).

É de suma importância a elaboração de eventos que debatam e discutam com a comunidade escolar acerca promoção da igualdade racial, até mesmo o incentivando as novas pesquisas e produção de conhecimento sobre a desconstrução das práticas de racismo, a fim de construir suporte teórico capaz de assistir os professores, proporcionando-lhes formações e a aquisição de conhecimento, além de recursos pedagógicos para serem utilizados em sala de aula no exercício da aplicabilidade da lei 10.639/03. Então, precisamos compreender para depois poder ensinar aos nossos alunos os valores civilizatórios afro-brasileiros, sendo necessário abranger os traços estruturais da mentalidade africana, assim com os elementos simbólicos, ritualísticos, religiosos, expressões artísticas, enfim seus elementos culturais de acordo com sua visão de mundo.

METODOLOGIA:

Primeiramente realizei um levantamento bibliográfico acerca da temática que enfatizará os estudos sobre racismo no ambiente escolar, dando ênfase às práticas pedagógicas voltada para a igualdade racial e a aplicabilidade da lei 10.639/03.

Para analisar estas fontes documentais, principalmente os livros, foram interpretados através do método de análise do pesquisador Carlo Ginzburg (1987). Em Ginzburg, um análise para as fontes documentais que se debruce sobre a já citada temática sendo interpretadas a partir do paradigma indiciário (GINZBURG, 1987).

A prática de racismo, xenofobia, homofobia, injúria racial, intolerância religiosa entre outras formas de violências contra as minorias são reflexo da construção e dominação cultural de cada localidade, entretanto, compreender os fatores da desigualdade sequer uma resgate histórico, principalmente da interpretação dos vestígios do passado, analisando então que “... o conhecimento de todos os acontecimentos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, (...) um conhecimento através de vestígios” (BLOCH, 2001, p.73).

Foi também utilizada à metodologia qualitativa seguindo as orientações de Richardson (1989), sua interpretação emprega a quantificação na coleta de dados e na sua análise. Este utilizando o questionário acerca da percepção dos professores sobre a aplicabilidade da lei 10.639 de 2003, como instrumento de coleta de dados. A análise dos

resultados foi baseada no paradigma interpretativo. A interpretação dos resultados foi desenvolvida pelo método descritivo (RICHARDSON, 1989).

A VISÃO SOBRE O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO:

Diversos materiais pedagógicos auxiliam os docentes no exercício de suas funções, dando suporte para que suas aulas se tornem mais atrativas e produtivas, entre eles o livro didático. “O livro didático ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares” (SILVA, in: MUNANGA. 2005. p, 22). Porém, temos abrir novos olhares críticos para o livro didático, pois segundo Ana Célia da Silva:

O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma na simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros (SILVA, in:MUNANGA, 2005. P,23).

Os livros didáticos, muitas das vezes, narram à construção da sociedade brasileira baseada na visão do colonizador, os quais implantaram a idéia que os seus elementos culturais são “os verídicos e civilizados”, negando a importância da participação do negro como sujeito ativo na construção sócio-cultural do Brasil. Os elementos da cultura dos/as negros/as, na maioria das vezes, são invisíveis no livro didático e, quando visíveis, mostram-nos como personagem de um sistema escravocrata, reproduzindo a figura do negro como “cultura atrasada”, inferior, marginalizada, ignorantes, entre outras formas negativadas e estereotipadas.

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (SILVA, 1989, p 57).

Os estereótipos reproduzidos ou ilustrados nos livros didáticos acabam provocando a exclusão, visto que os/as negros/as não se sentem sujeitos ativos da sua história, desencadeando a falta de interesse por algumas disciplinas e até sendo um fator determinante para o aumento dos índices de evasão escolar.

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto-rejeição e a baixa auto-estima, que dificultam

a organização política do grupo estigmatizado (SILVA, in: MUNANGA, 2005. p, 25).

Ao se debruçar com a maioria dos livros didáticos, a criança negra, acaba não compreendendo seu lugar no mundo, nem suas conquistas sociais, e desconhecendo sua história e cultura, criando complexos de inferioridade, pois na maioria dos livros “a criança negra era ilustrada e descrita através de estereótipos inferiorizantes e excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirigia apenas ao público majoritário nele representado, constituído por crianças brancas e de classe média” (SILVA, in: MUNANGA, 2005. P, 24).

A criança que não esta ainda coordenada e não possui qualquer autoimagem como uma pessoa “inteira” se vê ou se “imagina” a si própria refletida seja literalmente no espelho, ou figurativamente no “espelho” do olhar do outro, como pessoa inteira (LACAN, 1977 apud HALL, 2001, p. 37).

Os principais erros encontrados nos livros didáticos são a ausência da representação imagética do negro ea reprodução dos mesmos como personagens subalternos, considerando uma visão do colonizador em uma sociedade escravocrata. Entretanto, poucos livros didáticos constroem uma imagem positiva da história e cultura afro-brasileira.

DEBATENDO A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03:

A lei 10.639/03 surgiu da necessidade que promover a igualdade racial, principalmente elevando à visibilidade do negro na sociedade brasileira, e seu papel dentro da construção sócio-cultural do Brasil. A referida lei determina à obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura afro-brasileira e Africana. Entretanto, o objetivo basilar é resgatar os valores culturais dos negros, bem como reafirmar a participação do negro como sujeito ativo de sua própria história.

Não obstante a isso é que os professores devem trabalhar estes conteúdos da História da África e da presença do negro no Brasil de maneira positiva, sem deixar de retratar o sofrimento dos escravos na época da escravidão. Devem realçar a contribuição do negro na formação social e cultural do nosso país, e assim desmistificar a idéia de negro “coitadinho” presente na sociedade e outras demais expressões presentes nos livros didáticos que acabam ridicularizando e rebaixando o povo negro (CASAROTO e SANTOS 2010, p.5).

As diversas formas de promover a igualdade étnico-racial estão sendo discutidas nas escolas e nas universidades, buscando políticas públicas de ações afirmativas que possibilite a

igualdade ou ascensão social do negro, pois tratasse de um reparo social aos grupos que sofreram diversas formas de discriminação ao longo do processo histórico.

Quando se fala em aplicabilidade da lei 10.639/03 existe um grande avanço nos últimos anos, porém a luta por uma educação voltada à igualdade ainda está longe da ideal, pois para o cumprimento da referida lei, em muitos casos, falta informação ou formação para os profissionais da educação. Os docentes das diferentes áreas do conhecimento por não ter uma sensibilidade com a causa acabam jogando a responsabilidade somente para o professor de história, e muitas das vezes não busca trabalhar de forma interdisciplinar.

Devemos lembrar que realmente a obrigatoriedade pelo Ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana é dos professores de História, mas não é somente o professor de história o responsável pela formação ética, crítica e cidadão. Essa responsabilidade é de todos os professores de qualquer área do conhecimento, além que são orientados pelos coordenadores de escolas a trabalharem de forma interdisciplinar e/ou de forma transversal. Entendendo assim, todos os docentes devem trabalhar em regime de colaboração para o cumprimento da já referida lei, auxiliando ou sendo orientado pelo professor de História.

Muitos dos/as profissionais que atuam na educação, até mesmo com formação em história, ainda não estão atualizados para o ensino nas relações igualdades étnico-raciais, sendo assim, reproduzindo apenas as informações adquiridas ao longo da vida, baseado em muitos casos no senso comum, pois diversos destes não tiveram formação cidadão voltada para a promoção da igualdade.

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005. p, 16)

Entretanto, vale salientar que os/as profissionais reproduzem apenas o que sabem, seguindo essa linha de pensamento, torna-se impossível ensinar aquilo que não se sabe, assim para a aplicabilidade da lei 10.639/03 é necessário o conhecimento sobre a referida lei. Como existem poucos profissionais com formação na EREER, a grande maioria não se preocupa com o cumprimento da referida lei, outros desconhecem a existência da mesma.

Para analisar as percepções dos discentes e docentes sobre a lei 10.639/03, foi utilizado o método qualitativo, com aplicação de um questionário com os alunos e os professores da Escola Estadual Bráulio Cavalcante, situado no município de Pão de Açúcar, Alagoas, na qual a análise dos resultados foi baseada no paradigma interpretativo. A interpretação dos resultados foi desenvolvida pelo método descritivo.

A aplicação de um questionário básico com cinco questões, o qual sua análise permite ao pesquisador comparar a percepção dos estudantes e dos educadores sobre a lei 10.639/03, tendo em vistas as abordagens sobre a inclusão dos afro-descendentes e do combate ao racismo.

O questionário que dá ênfase a percepção sobre a lei 10.639/03 foi realizada com 15 pessoas, sendo dez alunos/as e cinco professores/as, os quais estavam trabalhando no dia dezessete de junho de dois mil e dezesseis no horário vespertino.

Quando perguntados sobre se conhece a lei 10.639/03, obtivemos entre os estudantes 20% responderam que sim, já entre os/as/as educadores 60% afirmaram que conhece a referida lei. Dentro desta realidade entendemos que a maioria conhece a determinação de incluir a história e cultura afro-brasileira e africana, mas aproximadamente dois de cada cinco professores desconhecem a mesma.

Ao questionar se participou de algum tipo de formação sobre a aplicabilidade da lei 10.639/03, entre os/as discentes 80% responderam que nunca participaram, enquanto 20% afirmaram que poucas vezes. Já entre os professores 40% responderam que nunca participou, enquanto 20% participaram uma vez, 20% poucas vezes e 20% sempre participam de debates, aperfeiçoamento, formação ou atualização.

O terceiro quesito questiona se participou de debates em sala de aula sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana, entretanto, segundo a percepção dos/as alunos/as, 40% afirmaram que nunca participaram já 30% responderam que participaram poucas vezes e os que participam sempre que possível chegaram a 30%.Entretanto, para os professores a realidade não é tão diferente, pois deles 40% participam pouco, enquanto 20% nunca participaram em sala aulas destes debates, 20% não responderam ou não souberam opinar.

No quarto quesito, questiona-se sobre a lembrança de ter participado de algum projeto que promovia a igualdade étnico-racial na escola. Sobre esse questionamento 30% responderam que participou uma vez e 70% disseram que nunca participaram. Entretanto, a mesma pergunta quando direcionada aos/às professores/as obtivemos as seguintes conclusões 40% apenas uma vez, 40% sempre participa e 20% afirmaram que nunca participaram.

A quinta e última questão, contempla a percepção sobre se a sua escola promove práticas de combate ao racismo. Tivemos as seguintes observações 70% afirmaram que sempre, enquanto 20% responderam que sempre, inclusive com projeto de intervenção ou debates durante as aulas, e 10% nunca observaram. Mas para os docentes 60% julgaram que poucas vezes e 40% responderam que sempre.

Após a análise sobre a percepção dos/as discentes e docentes sobre as questões referentes à inclusão da História e Cultura afro-brasileira e africana, bem como as políticas públicas de combate à discriminação e o racismo implantados no ambiente escolar, podemos concluir que nem todos os professores estão atualizados ou capacitados para a atuação da determinação legal. Mesmo com a crescente demanda educacional no qual a escola tem o papel de articular a promoção pela igualdade étnico-racial dentro da sua comunidade escolar.

As questões relativas à aplicabilidade da lei já foram e ainda são discutidas em diversos eventos científicos envolvendo vários especialistas, resultando em propostas, posicionamentos, materiais de apoio aos professores e outras propostas. Entretanto, infelizmente, ainda encontramos profissionais da educação sem o preparo necessário para trabalhar as questões relativas à História e cultura afro-brasileira e africana (AGUIAR; AGUIAR, 2010, p.94).

A falta de formação na área da EREER se consolida muitas vezes pelo desinteresse dos “profissionais” pelo conhecimento já produzido, pois existem diversos eventos acadêmicos que discutem a temática, bem como a constante produção bibliográfica que auxiliam na aplicabilidade da lei.

A CONTRIBUIÇÃO DOS/AS PROFESSORES NO COMBATE AO RACISMO:

As práticas de racismo são um problema crescente na sociedade brasileira, as quais precisam ser combatidas e banidas, mas isso ainda é uma luta árdua e uma utopia para muitos educadores/as. Essa luta se baseia na ação dos/as professores/as em desconstruir o pensamento racista contido no inconsciente coletivo da população, pois muitos ainda nutrem idéias como as de que “[...] Todos eles (negros) são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão” RIBEIRO (2006, p. 204).

Ao “fechar os olhos” para a opressão e a escravização sofrida pela população negra nos períodos colonial e imperial, e justificando a desigualdade social e econômica pela própria culpa do negro, estamos negando a necessidade de se desenvolver as políticas de ações afirmativas e isentando as obrigações do Estado.

O que nos falta hoje é uma maior indignação generalizada em face de tanto desemprego, tanta fome e tanta violência desnecessária, porque perfeitamente sanáveis com alterações estratégicas na ordem econômica. Falta mais ainda, competência política para usar o poder na realização de nossas potencialidades. (RIBEIRO, 2006, p. 187).

Devemos desconstruir esse tipo de pensamento inserido nas opiniões coletivas as sociedades dos grupos pós-escravistas. Pois a realidade do negro foi bastante sofrida. Segundo Darcy Ribeiro (2006), após a abolição da escravatura, a situação do negro só veio a piorar:

A nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada por essa massa negra que a construíra. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudessem educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão. (RIBEIRO, 2006, p. 204).

Então, após a aprovação da lei Áurea, os negros receberam a liberdade, deixando-os de ser escravos, mas não tinha onde morar e nem plantar seus alimentos, sem assistência do estado muitos voltaram a trabalhar nas fazendas em troca de alimentos, lugar para dormir e pouco dinheiro, outros foram morar em regiões periféricas das cidades vendendo sua força de trabalho para industriais e comerciantes que pagavam uma quantia que quase não dava para se sustentar.

Sem indenização, sem moradia e sem terra, praticamente os seres humanos anteriormente estavam escravizados, agora foram “jogados a própria sorte”, então, esse fato explica a desigualdade social e econômica entre descendentes brancos e negros no Brasil.

Essa desigualdade provocada por fatores históricos, muitas das vezes resulta em discriminação e prática de racismo dentro da sala de aula. Mediante essa situação como fica a atuação do/a professor/a em sala de aula? Certamente, muitos/as professores/as já se fizeram essa pergunta. Pois bem, os/as professores/as não podem simplesmente ao se deparar com uma situação fingir que nada aconteceu, mas antes de tudo, deve fazer uma reflexão sobre si mesmo, procurando entender que “[...] meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências” FREIRE (1996, p. 77).

À medida que as práticas de racismo no ambiente escolar são ignoradas pelos professores, a cada dia a situação vai se agravando, é a vítima ficando oprimida, depressiva e perdendo o interesse pelos estudos e/ou pelo seu grupo étnico.

A discriminação na escola não é apenas uma prática individual entre os atores escolares, mas são principalmente ações e omissões do sistema escolar que podem contribuir para prejuízos na aprendizagem do aluno negro, minar o seu processo identitário e deixar mágoas, sofrimentos, muitas vezes não expressos. (CASTRO E ABRAMOVAY, 2006, p. 245).

O/a professor/a deve saber qual decisão tomar em sala de aula, mas o mesmo precisa de conhecimento acerca da temática, pois sem base de conhecimento “o professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão”. SILVA. In: MUNANGA (2005, p. 25).

Os/as professores/as que trabalham com a aplicabilidade da lei 10.639/03, como os/as docentes de história, devem participar constantemente de eventos e cursos que abordam e discute as práticas pedagógicas utilizadas no cumprimento da referida lei. Tudo isso se faz necessário para que os profissionais possam se aperfeiçoar para estarem aptos ao enfrentamento das diversas situações que envolva as relações étnico-raciais.

Uma das situações problemas bastante encontradas são os estereótipos reproduzidos pelos livros didáticos, que de imediato requer um interferência ou uma abordagem com outro olhar do profissional do magistério responsável pela aula. Entretanto, cabe ao professor construir elementos que positive o texto ou imagem do livro didático, trazendo suas experiências para valorizar o grupo étnico oprimido.

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-político-econômica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas (SILVA, in: MUNANGA, 2005. p, 25).

Outra situação comumente encontrada em sala de aula se refere à divisão de pequenos que tem acesso as tecnologias de informação e os que não têm essas ferramentas. Entretanto, alguns que a vida oferece mais oportunidades, muitas das vezes, são chamados de “inteligentes” enquanto, outros são chamados pelos colegas de “burros”, e a maioria desses são negros, entretanto, baseados em vários artigos e pesquisas científica que comprovam que não há relação de cor com o desenvolvimento cognitivo, além de mostrar negros que ganharam notoriedade no campo da produção de conhecimento, “Cabe ao professor, munido dessas e outras informações, demonstrar aos seus alunos que não existe correlação entre capacidade intelectual e cor da pele. E formar neles atitudes favoráveis às diferenças étnicas e raciais das pessoas com as quais convivem na sociedade” SILVA. In: MUNANGA (2005. P, 26-27).

Os professores devem juntamente com as coordenações pedagógicas das escolas construir projetos de intervenções para trabalhar a diversidade na escola. Os professores

podem inserir em seus planos de aula as temáticas referentes à valorização dos grupos étnico-raciais, mas para que tudo ocorra de forma esperada e que os alunos aproveitem ao máximo os conteúdos trabalhados, devemos lembrar que “‘Boas’ aulas não são frutos de vocação, genialidade ou ‘jeito para a coisa’. São frutos de planejamento, reflexão. Não se trata de mágica, mas de trabalho, e muito! Nossos alunos precisam compreender isso, inclusive, através das aulas”. (FREITAS, 2007, p.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Entender a dinâmica do ensino para as igualdades nas relações étnico-raciais torna-se de suma necessidade para qualquer docente, especialmente para os/as professores/as de História que devem atender a obrigatoriedade da lei 10.639/03, incluindo em seu plano anual uma atenção notória para a valorização da História e Cultura afro-brasileira e africana, buscando levar novas percepções sobre as diferenças étnico-raciais aos seus alunos e assim, promover uma educação voltada para a igualdade.

O presente trabalho intitulado *A cor da pele: desconstruindo o racismo em sala de aula* traz uma reflexão sobre a importância práticas de combate ao racismo a partir da sensibilização da comunidade escolar. Pois só teremos o respeito ao próximo e uma real igualdade na sociedade com as mudanças ideológicas estimuladas pela educação, pois entendemos que somente “nesse sentido, reconhece-se a importância estratégica que tem a escola, a educação e também a juventude no combate ao racismo e na defesa dos direitos humanos” (CASTRO E ABRAMOVAY, 2006, p. 21).

Refletir e criar nossos mecanismos de trabalho e projetos de intervenção para enfrentar problemas em nossa comunidade escolar é sempre necessário, principalmente contra o racismo que é uma perturbação tão presente em nossas escolas. Esse enfrentamento depende do preparo do professor para a sala de aula, mas isso depende de cursos de aperfeiçoamento ou formação, o que muitos profissionais não fazem, por falta de incentivo do Estado ou pela falta de interesse do profissional. É fato que nem todos/as os/as professores/as estão atualizados em consonância com a lei 10.639/03, o que podemos comprovar através dos questionários utilizados.

Concluimos que é indispensável à labuta diária dos/as educadores/as a fim de desconstruir as práticas de racismo, as quais ocorrem nos mais diversos lugares da sociedade e dentro da comunidade escolar não é diferente. Mas devemos ter múltiplos olhares, de certa forma também um olhar para o/a oprimido/a, a partir de então buscar situações pedagógicas

que valorize os seus traços étnico-raciais. Refazendo seu contexto histórico e cultural, mostrando sua contribuição na formação da identidade nacional, levando em consideração seus ritmos, símbolos, crença e contribuição econômica para a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Janaina C. Teixeira; AGUIAR, Fernando J. Ferreira. **Uma reflexão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a formação de professores em Sergipe.** *Revista Fórum*, Itabaina, v.7, jan-jun 2010. Disponível em http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_7/FORUM_V7_06.pdf>.acessado 06.12.2015.

CASAROTO, Karine. **Algumas Reflexões Sobre o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** www.pucpr.br/eventos/educere2008/anais/pdf/712_845.pdf - acessado em 14.06.16

CASTRO, Mary Garcia (Coord.) / ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Relações Raciais na Escola: Reprodução da Desigualdade em Nome da Igualdade.** Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana.** São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2007.

GANDIN, Danilo. **Escola e Transformação Social.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GINZBURG, C. **o queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O fio e os rastros – verdadeiro, falso e fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** In: ORACY, Nogueira. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais.** São Paulo: Quieroz Editora, 1985, pp. 67-93.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático.** In: MUNANGA, Kabengele (org.), **Superando o Racismo na escola.** 2ª Ed., Brasília. MEC, 2005.

SILVA, Ana Célia da. **Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I.** Projeto de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa.* Fundação Carlos Chagas, nº 63, 96-98, São Paulo, 1987, p.96-98.